

- e) A inumação, cremação, encerramento em caixão de zinco ou colocação em câmara frigorífica de cadáver antes de decorridas 24 horas sobre o óbito;
- f) A inumação ou cremação de cadáver fora dos prazos previstos no n.º 3 do artigo 12.º;
- g) A inumação, cremação, encerramento em caixão de zinco ou colocação em câmara frigorífica de cadáver sem que tenha sido previamente lavrado assento ou auto de declaração de óbito ou emitido boletim de óbito nos termos do n.º 2 do artigo 13.º;
- h) A abertura de caixão de zinco ou de chumbo fora das situações previstas no n.º 5 do artigo 11.º;
- i) A inumação fora do cemitério público ou em algum dos locais previstos no artigo 10.º;
- j) A utilização, de caixão ou caixa de zinco, de folha com espessura inferior a 0,4 mm;
- k) A inumação em sepultura comum não identificada fora das situações previstas no artigo 17.º;
- l) A infracção ao disposto no n.º 2 do artigo 27.º;
- m) A transladação de cadáver sem ser em caixão de chumbo, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 31.º, ou de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm.

2 — Constitui contra-ordenação punível com uma coima mínima de 100 euros e máxima de 1250 euros, a violação das seguintes normas do presente Regulamento:

- a) A infracção ao disposto no n.º 4 do artigo 12.º;
- b) A transladação de ossadas sem ser em caixa de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm ou de madeira em violação do disposto no n.º 2 do artigo 31.º

3 — As restantes violações às normas do presente Regulamento não identificadas nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo constituem contra-ordenação punível com uma coima mínima de 50 euros e máxima de 500 euros.

4 — A negligência e a tentativa são punidas.

Artigo 70.º

**Sanções acessórias**

1 — Em função da gravidade da infracção e da culpa do agente, são aplicáveis, simultaneamente com a coima, as seguintes sanções acessórias:

- a) Perda de objectos pertencentes ao arguido;
- b) Interdição do exercício de profissões ou actividades que dependa da título público ou de autorização ou homologação de autoridade pública;
- c) Encerramento de estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa;
- d) Suspensão de autorizações, licenças e alvarás.

2 — É dada publicidade à decisão que aplicar uma coima a uma agência funerária.

**CAPÍTULO XV**  
**Disposições finais**

Artigo 71.º

**Omissões**

As situações não contempladas no presente Regulamento serão resolvidas, caso a caso, pela Junta de Freguesia.

15 de Março de 2005. — O Presidente da Junta, *António Manuel Dias Almeida*.

**JUNTA DE FREGUESIA DE SACAVÉM**

**Aviso n.º 4369/2005 (2.ª série) — AP.** — Nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, torna-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia de Sacavém de 26 de Abril de 2005, se procedeu à contra-

tação a termo certo, pelo prazo de um ano, com início em 2 de Maio de 2005, de:

- Carlos Alberto Godinho Teixeira — operário/jardineiro, com vencimento pelo escalão 1, índice 142.
- Maria Teresa Soares Santos — assistente administrativa, com vencimento pelo escalão 1, índice 199.

(Isento de visto prévio, nos termos do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

17 de Maio de 2005. — O Presidente da Junta, *Fernando F. Marcos*.

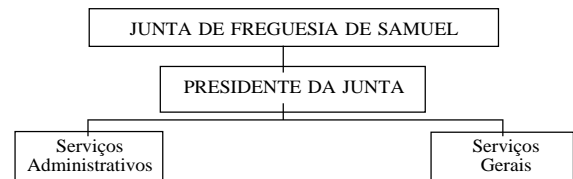
**JUNTA DE FREGUESIA DE SAMUEL**

**Aviso n.º 4370/2005 (2.ª série) — AP.** — Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, e por força das alíneas n) e m) do n.º 2 do artigo 17.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, faz-se público que a Assembleia de Freguesia de Samuel, em sessão ordinária realizada no dia 14 de Abril de 2005, deliberou aprovar a estrutura e organização dos serviços da Junta de Freguesia e do quadro de pessoal, que a seguir se indicam, e cuja proposta fora aprovada pela Junta de Freguesia na sua reunião do dia 31 de Março de 2005.

29 de Abril de 2005. — O Presidente da Junta, *Augusto Jorge Rainho*.

**Proposta**

Face às necessidades legais de organização dos serviços e consequente dinâmica que se pretende introduzir aos mesmos, propomos a seguinte estrutura orgânica e respectivo quadro de pessoal.



**Fundamentação**

O presente documento consagra os preceitos constitucionais e adopta a tipologia da organização preconizada no Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro.

Considerou-se para o efeito as questões de racionalização e a criação de componentes ajustadas, de forma a tornar mais eficientes os serviços desenvolvidos no âmbito das atribuições e competências da Junta de Freguesia.

Teve-se ainda em conta, a limitação de despesas de acordo com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, na redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro.

**Estrutura e organização dos serviços da Junta de Freguesia de Samuel**

**CAPÍTULO I**

**Organização dos serviços**

Artigo 1.º

**Orgânica dos serviços**

Para prossecução das atribuições a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as correspondentes alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é estabelecida a presente estrutura orgânica dos serviços da Junta de Freguesia de Samuel.

Artigo 2.º

### Estrutura

Para cumprimento do disposto no artigo 1.º, a Junta de Freguesia de Samuel disporá da respectiva estrutura organizacional e organograma.

## CAPÍTULO II

### Atribuições dos serviços

Artigo 3.º

#### Serviços administrativos

Os serviços administrativos têm por atribuições o apoio técnico-administrativo às actividades desenvolvidas pelos órgãos da freguesia.

Artigo 4.º

#### Serviços gerais

Os serviços gerais têm por atribuições todos os serviços operativos, de acordo com as competências e atribuições da Junta de Freguesia de Samuel.

Artigo 5.º

#### Composição

O quadro de pessoal será o constante no anexo I.

### ANEXO I

#### Quadro de pessoal da Junta de Freguesia de Samuel

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Escalações								Número de lugares existentes no quadro		Número de lugares de lugares		Obs.			
			1	2	3	4	5	6	7	8	Ocupados	Vagos	A criar	A extinguir		Total	Vagos	
																		Total com que fica o quadro
Administrativo ...	Assistente administrativo ....	Assistente administrativo especialista ...	260	270	285	305	325	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Assistente administrativo principal .....	215	225	235	245	260	280	-	-	-	-	1	-	-	1	1	DG*
		Assistente administrativo .....	190	200	210	220	230	240	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auxiliar .....	Auxiliar de serviços gerais ...	Auxiliar de serviços gerais .....	115	125	135	145	160	174	190	205	-	-	1	-	-	1	1	
Operário .....	Operário qualificado .....	Operário (cantoneiro de arruamentos ...	130	140	150	160	175	190	205	225	-	-	1	-	-	1	1	

\* Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

### JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO DA TALHA

**Aviso n.º 4371/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, válido pelo prazo de um ano, com os seguintes funcionários:

António Manuel Adelino — com início em 1 de Abril de 2005, para a categoria de pedreiro.